

Impactos da crise sobre o setor de máquinas e equipamentos

Bruno César Araújo*

O setor de bens de capital é um setor difusor de progresso técnico, catalisador de inovações e do crescimento da produtividade. Quase nunca se inova, seja em produto, seja em processo, sem a aquisição de novas máquinas ou equipamentos.

Do ponto de vista tecnológico, segundo a classificação proposta por Keith Pavitt, o setor de bens de capital é o setor dos *specialised suppliers* (fornecedores especializados) por excelência. Contudo, há características que o aproximam também das outras categorias desta classificação. Por exemplo, a fabricação de bens de capital seriados é, em parte, intensiva em escala (*scale intensive*), enquanto a fabricação de bens de capital sob encomenda demanda trabalho especializado e pode originar suas próprias rotas tecnológicas (*science based*).

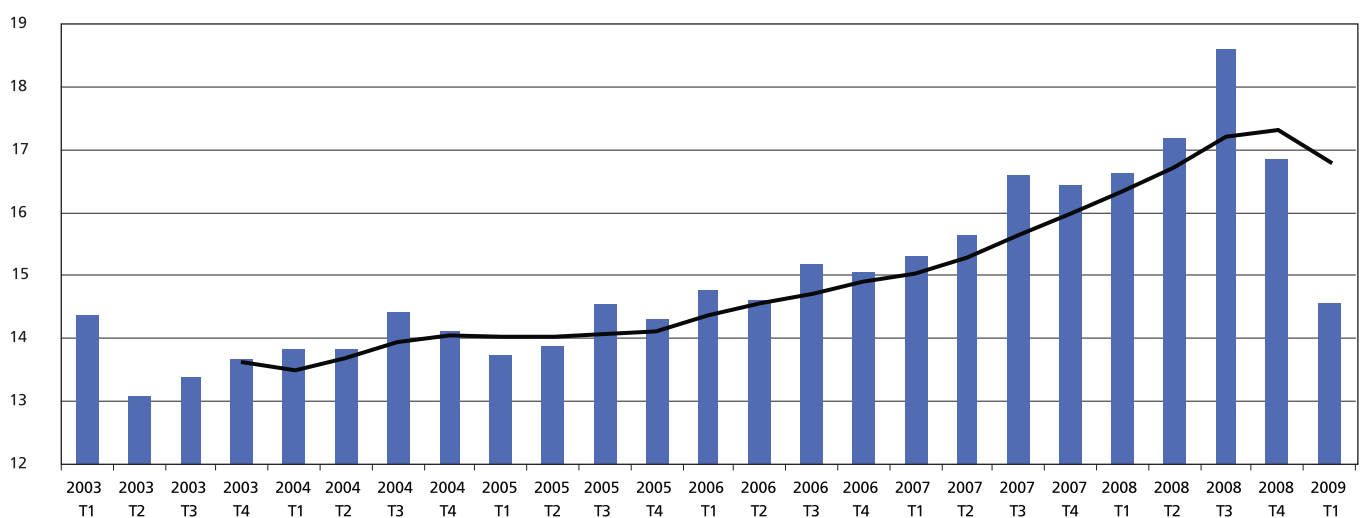
O tamanho do mercado para os bens de capital influencia sobremaneira a acumulação de conhecimento neste setor. Assim, inovação e inovatividade são altamente pró-cíclicas. São os ciclos de investimento e o tamanho do mercado que determinam a velocidade do aprendizado tecnológico. Este aprendizado é também condicionado pela incerteza, uma vez que ela influencia o grau de ousadia dos projetos de inovação.

Por isso, diante da crise internacional, há o temor que as capacidades inovativas das empresas do setor sejam perdidas, e que, durante a recuperação da crise, o setor se encontre em um patamar competitivo inferior à situação anterior a ela.

De fato, o setor de máquinas e equipamentos – entendido nesta nota técnica como o setor CNAE 29, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas 1.0, exceto quando mencionado explicitamente – foi um dos setores industriais mais atingidos pela crise. A razão é simples: diante da contração de demanda e incerteza, as empresas adiam seus planos de investimento, o que tem impacto direto sobre a demanda de bens de capital.

Com efeito, o Brasil viveu um ciclo de crescimento a partir do segundo semestre de 2005, inicialmente induzido pelas exportações, mas posteriormente induzido pelo investimento. O país foi capaz de elevar a sua taxa de investimento como proporção do PIB de 14% em 2004 para um pico de 18,6% no terceiro trimestre de 2008, marco do início da crise financeira internacional. A partir daí, a taxa de investimento recuou para 16,8% no último trimestre de 2008, e para 14,6% no primeiro trimestre de 2009, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1. Taxa de investimento como proporção do PIB, 2003-2009 (T1, em %)



Fonte: Ipeadata.

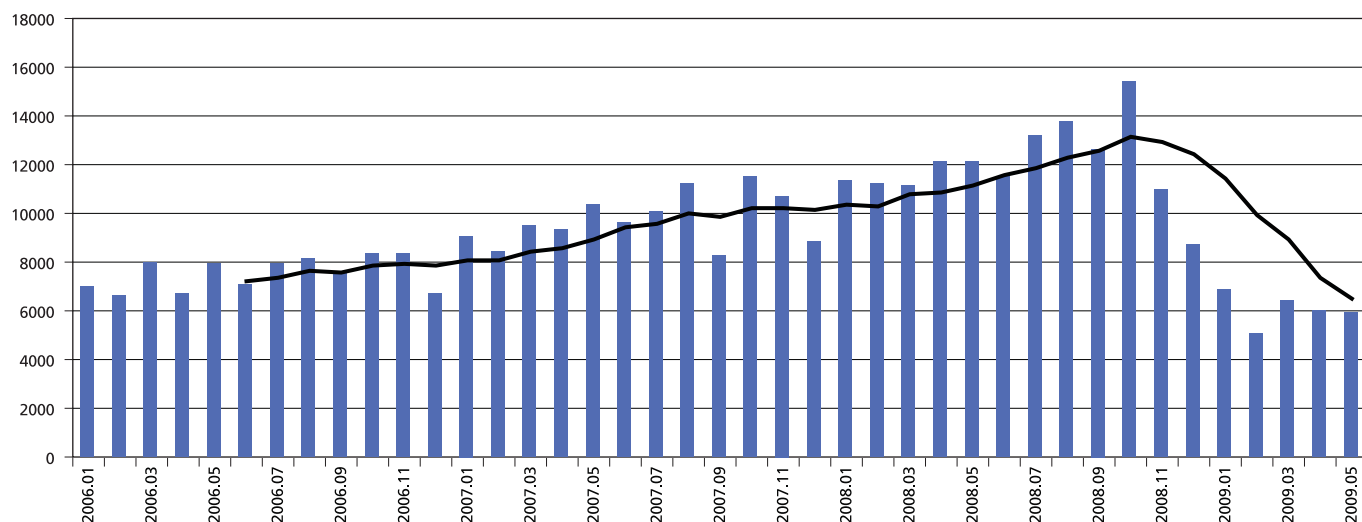
Obs.: A linha representa a média móvel de 4 trimestres.

* O autor agradece imensamente o apoio na manipulação dos dados por parte de Gustavo Alvarenga, sem, naturalmente, responsabilizá-lo por eventuais erros e omissões.

Naturalmente, este desempenho da taxa de investimento no Brasil teve reflexos sobre o consumo aparente de bens de capital. O gráfico 2 mostra a evolução mensal do consumo aparente de bens de capital, na qual podemos notar um padrão bastante semelhante ao do comportamento da taxa de investimento. A partir da crise, percebemos uma

notável queda do consumo aparente de bens de capital, tanto no indicador mensal quanto na média móvel de 12 meses. Sem embargo, o consumo aparente mensal de bens de capital no primeiro semestre parece ter caído à metade do patamar mensal verificado imediatamente antes do início da crise.¹

Gráfico 2. Consumo aparente de bens de capital, janeiro 2006 – maio de 2009
(Em R\$ milhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e da SECEX.

Especificamente com respeito ao primeiro item que compõe o consumo aparente – a produção doméstica –, o gráfico 3 torna evidente que houve uma notável queda nos últimos meses.² Após crescer a um ritmo de mais de 15% ao ano entre junho de 2007 e abril de 2008, a indústria nacional de bens de capital não apenas freou seu ritmo de expansão como passou a desacelerar a produção a partir de 2009. Em junho deste ano, a indústria nacional de bens de capital produziu 16,8% a menos no acumulado de 12 meses do que nos 12 meses anteriores. Na comparação com junho de 2008, a produção é 34,6% menor e, no ano, as perdas totalizam 33,1%. Para comparação, a indústria de transformação apresenta queda de 11,04% no indicador mensal, de 13,37% no acumulado do ano e de 6,49% no acumulado de 12 meses.

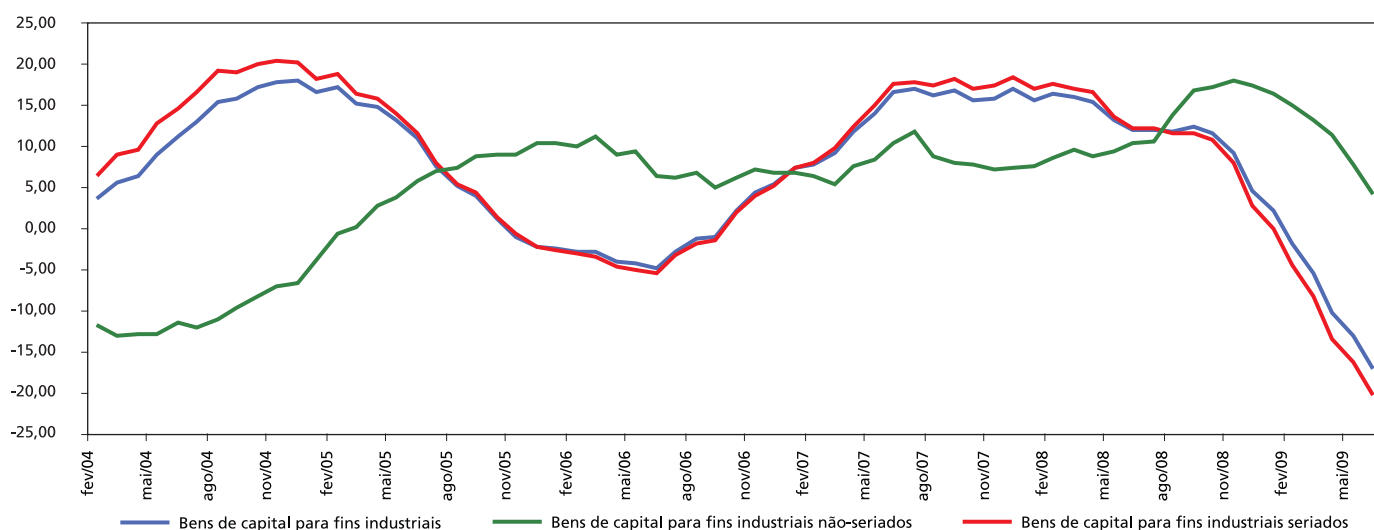
Quando é feita a distinção entre bens de capital seriados e não seriados, vemos que os bens de

capital seriados foram mais sensíveis aos ciclos econômicos, como esperado. No acumulado de 12 meses, a queda na produção de bens de capital seriados foi de 20,1%; no ano e no indicador mensal, as perdas foram de 37,5% e 37,8%, respectivamente. Por seu turno, os indicadores de produção de bens de capital não seriados não são tão ruins devido à própria dinâmica da produção destes bens: durante os primeiros meses da crise, parte da produção era resultado de encomendas anteriores à crise. Contudo, espera-se que, pelo mesmo motivo, a produção de bens de capital não seriados demore mais a responder à recuperação da economia. Sem embargo, de acordo com o indicador mensal (junho de 2009 vs. junho de 2008), o setor de bens de capital não seriados produziu 14,1% a menos; no ano, as perdas totalizam 7,1%. Entretanto, no acumulado de 12 meses, o indicador ainda se mostra positivo, em 4,5%.

1. O consumo aparente de bens de capital é dado pela fórmula: consumo aparente = produção doméstica + importações – exportações. Como não existem dados mensais de produção em R\$, ponderamos a produção anual em R\$ – levando em consideração a inflação, medida pelo IPA de bens de investimento – pelos índices de produção física dados pela pesquisa industrial mensal de produção física (PIM-PF, também do IBGE). As importações e exportações mensais foram extraídas da SECEX/Aliceweb e convertidas para R\$ à taxa média de câmbio do mês. Temos consciência das hipóteses implicadas pelo exercício e de suas limitações, por isso também analisaremos cada item que compõe o consumo aparente separadamente, a partir de indicadores mais tradicionais.

2. O gráfico 3 utiliza a classificação do IBGE por categoria de uso, que é um pouco mais abrangente que apenas a CNAE 29 (fabricação de máquinas e equipamentos). Para este gráfico, utilizamos esta classificação porque o IBGE faz uma distinção entre bens de capital seriados e não seriados, como veremos mais adiante.

Gráfico 3. Taxa de crescimento da produção física de bens de capital (Acumulado dos 12 meses anteriores = 100)

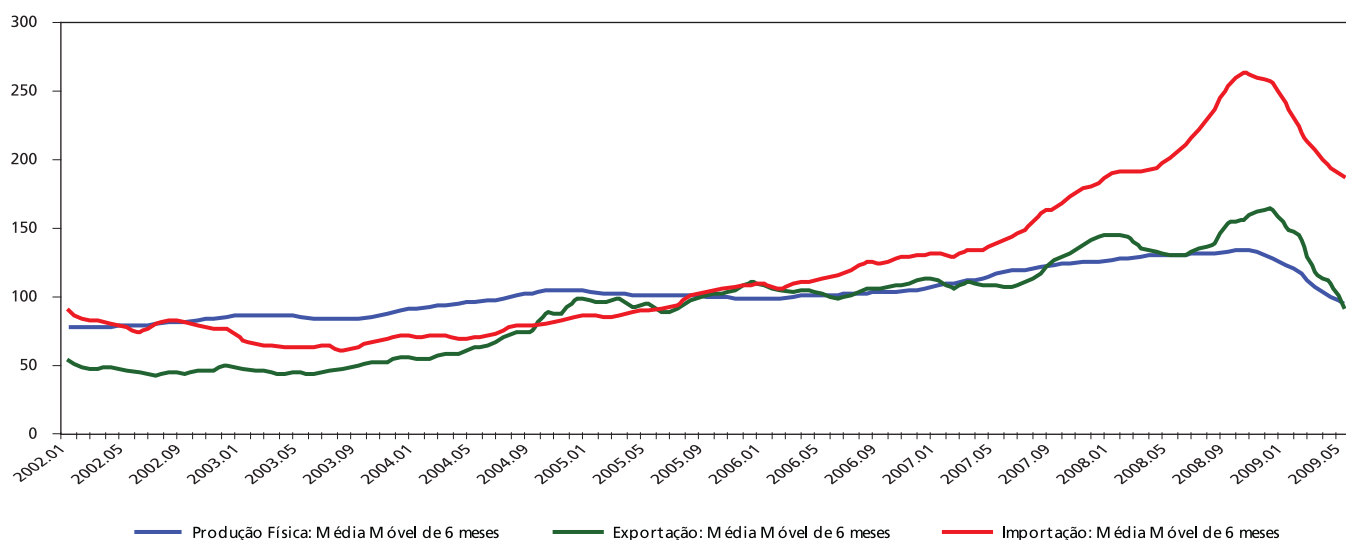


Fonte: IBGE.

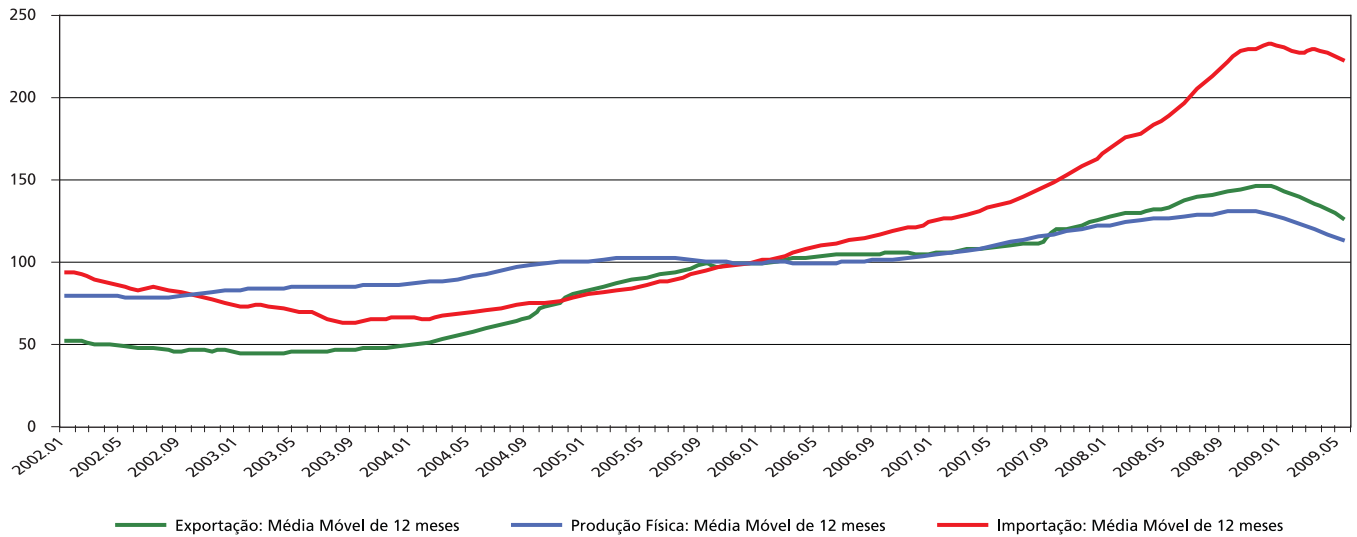
O gráfico 4 apresenta uma comparação entre os componentes do consumo aparente em forma de médias móveis de 6 e 12 meses dos números-índice (média de 2005 = 100). Naturalmente, percebe-se que estes componentes seguem tendências semelhantes. No que tange às exportações, estas cresceram notavelmente a partir de 2002, mas a partir de 2005 passaram a apresentar taxa de crescimento semelhante à da produção doméstica. Quanto às importações, elas cresceram mais rapidamente do que a produção doméstica a partir de 2005. Além disso, o ritmo das importações se arrefeceu menos, em termos percentuais, do que o das exportações e da produção doméstica. Visto isso, houve aumento da participação das importa-

ções no consumo aparente após a crise. Uma das possíveis razões para tal pode ser a inércia contratual, ou seja, as entregas de hoje podem ser resultado de pedidos anteriores que não puderam ser cancelados. Outra razão possível são as promoções que os grandes fabricantes internacionais vêm efetuando como resposta à crise mundial. De toda sorte, este movimento foi amplificado pelo fato de que a participação das exportações na produção doméstica também aumentou, conforme pode ser visto no gráfico 5. A participação das importações no consumo aparente, cuja média histórica foi de 40% nos últimos anos, praticamente dobrou. E o coeficiente de exportações, em tendência declinante durante o ciclo de crescimento vivido entre 2005 e 2008, mais que dobrou nos últimos meses.

Gráfico 4. Produção física, importações e exportações: médias móveis de 6 e 12 meses dos números-índices (Média de 2005 = 100)

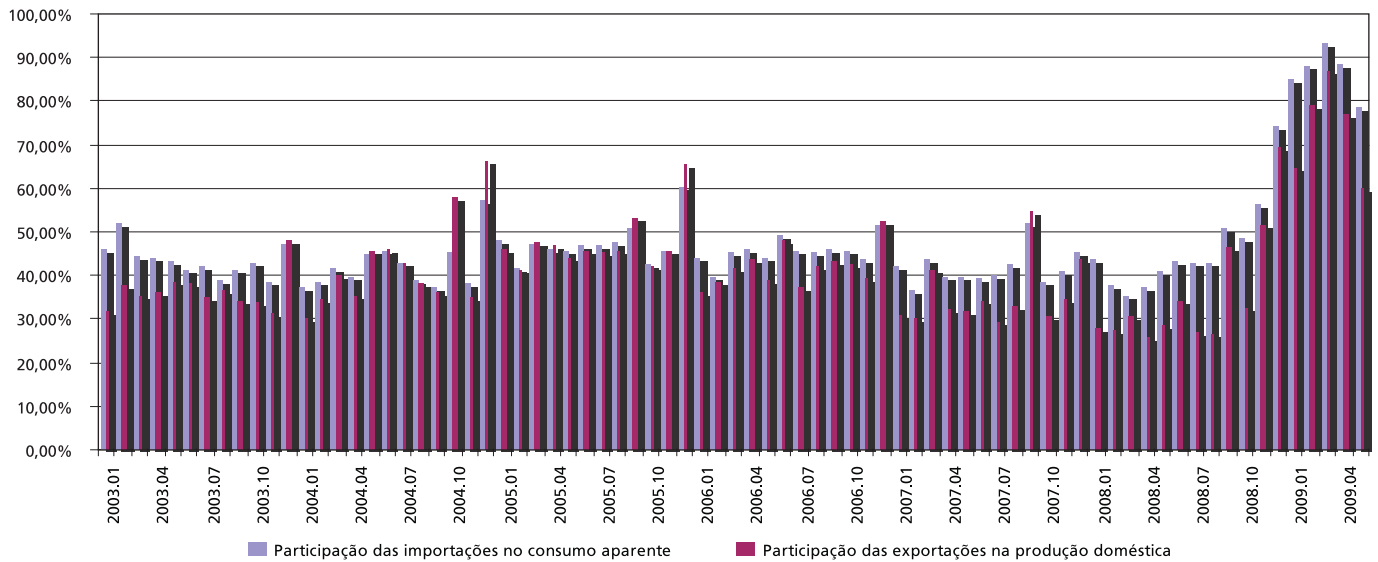


Fonte: IBGE.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

Gráfico 5. Participação das importações no consumo aparente e coeficiente de exportação do setor de bens de capital, 2003-2009



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e da SECEX.

Desse modo, vê-se que o segmento de máquinas e equipamentos no Brasil foi um dos mais afetados pela crise internacional, e enfrentará algumas dificuldades para recuperar a escala produtiva do pré-crise, decorrentes da concorrência com os importados.

Esse cenário é preocupante em termos de inovação e competitividade, dado o caráter reconhecidamente pró-cíclico dos investimentos das empresas em

inovação no Brasil. Em torno de 90% destes investimentos são realizados com recursos próprios. Se o setor investia, em 2005 – um ano relativamente bom para a economia – uma parcela de seu faturamento em P&D que era inferior à média nacional (0,39% contra 0,66%), e esta parcela respondia por menos de 2% do total dos investimentos em P&D no Brasil, no curto prazo o quadro deve ser ainda mais pessimista.